

Biblioteca Anarquista



Incitação ao Socialismo Autogestionário

Miguel Amorós

Miguel Amorós
Incitação ao Socialismo Autogestionário
07 de Abril de 2021

archivo.kaosenlared.net

Titulo Original: *Incitación al socialismo autogestionario*. Tradução e
Revisão por André Tunes @**Núcleo de Estudos Autonomo Anarco
Comunista**.

Ela não possui direitos autorais pode e deve ser reproduzida no todo ou
em parte, além de ser liberada a sua distribuição, preservando seu
conteúdo e o nome do autor.

bibliotecaanarquista.org

07 de Abril de 2021

Um grande clássico do anarquismo, Gustav Landauer, alertou sobre as dificuldades que os trabalhadores revolucionários encontrariam na construção de um regime socialista após derrubar a classe dominante e abolir o Estado. O problema não consistia numa suposta falta de condições políticas e econômicas objetivas para isso, já que o socialismo libertário era possível em qualquer estágio de desenvolvimento e relacionamento em que se encontravam a economia e o Estado, mas sim à falta de experiências autogestionárias de magnitude apreciável e, portanto, à falta de ideias práticas que indiquem os caminhos da sua realização. Os enormes obstáculos internos de funcionamento coordenado que as coletividades da Revolução Espanhola facilitaram a sabotagem que os partidos defensores da ordem burguesa, enquanto o curso desfavorável da guerra acabou precipitando-os no esgoto estatal de onde jamais sairiam. A ocupação da rua, a greve e a tomada de edifícios públicos, armas tradicionais da luta de classes, são uma negatividade na ação que por si só não basta. Hoje, a necessidade de um anti-capitalismo afirmativo torna-se cada vez mais evidente: a frente da guerra social exige uma retaguarda logística composta por projetos autogestionários exemplares. O livro **“Los papeles de Albert Mason. Volumen I. La Acción Económica”**, anônimo, uma seleção de artigos de qualidade desigual, esclarece este último ponto: “A revolução é menos uma construção sobre a destruição do que uma destruição pela construção”. Com esta assertiva retumbante, a estratégia tradicional de luta contra o capital e o Estado baseada unicamente na resistência organizada muda radicalmente; o confronto ideológico e político deve ser combinado com a construção de um quadro econômico autogestionário e antipatriarcal, fora do mercado e independente do Estado. O propósito não mudou desde que a revolução social total está sendo perseguida, não apenas qualquer reforma.

Para uma leitora alheia às piscadelas da moda, a leitura se complica pelo uso do feminino como genérico – produto da influência do movimento feminista, hoje mais forte e vigoroso que o trabalhador e ideologicamente mais criativo – mau hábito pós-moderno que tenta se justificar com a estranha ideia da repercussão durante milênios de patriarcado na gramática. De acordo com essa maneira de pensar, um período prolongado de machismo na história seria a causa lógica e direta da não marcação do gênero masculino nas línguas indo-europeias. Acreditamos que o axioma é o menos duvidoso e que há melhores formas de minar o domínio social dos homens, tornar as mulheres visíveis e desfazer os estereótipos sexuais do

que esmagar infundamente a linguagem – depois de todo o trabalho dos falantes –, com falaciosos pseudo-radicais especulações. Bem, por mais que a forma seja contorcida, o conteúdo não é enriquecido ou tornado mais claro e crítico. Seria necessário proceder ao contrário, criando novos conceitos que iluminassem a questão como “patriarcado”, “cuidado”, “sexismo” e assim por diante. No meu entendimento, a nova-lingua inclusiva é um reflexo da identidade do gueto, como em outros lugares são o nacionalismo, as arrobas ou o lenço palestino. E o gueto é um elemento da zona cinzenta que se acomoda com a novidade sem objeções, principalmente se foi cozinhado na universidade, uma vez que não busca a clareza da verdade, mas o véu que mais contribui para seu fechamento, ou seja, para sua conservação.

Esta modesta objeção, entretanto, não tenta desvirtuar o material do livro, que é original e útil, e que consiste no que o autor chama de **ação econômica**, definida como “a forma específica que a luta contra o capitalismo – nas suas duas vertentes, estatal e empresarial – assume no âmbito da economia”. É uma modalidade de ação direta contra a empresa e o Estado, cujo objetivo é prejudicar economicamente os dois tanto quanto possível. Desobediência civil na esfera econômica e administrativa. Sua forma orgânica é a

Associação Livre. Não se trata de um novo tipo de organização, mas do que se costuma chamar de sindicato, cooperativa, ateneu ou comitê, ou o que hoje chamamos de coletivo, projeto ou rede. Todos se caracterizam por não serem hierárquicos, sendo governados por assembleias e “testando modelos econômicos compatíveis com a anarquia”. As táticas de ação econômica vão desde a horta comunitária, o consumo combativo, as trocas em espécie e as compras coletivas até a fraude administrativa, a insolvência programada e a insubordinação fiscal. Não se trata de uma simples alternativa agroecológica aos alimentos industrializados, pois sugerimos que a referida ação econômica englobe outras experiências autogestionárias nos campos da saúde, educação, segurança social, habitação, energia e direito, para citar apenas alguns exemplos. A verdade é que sem este rearmamento da sociedade civil, a luta social urbana e a defesa do território não poderão impedir a integração.

É claro que, para não recorrer ao dinheiro, a extensão de uma economia paralela não capitalista requer instrumentos como moedas sociais, equipamentos eficientes, assessoria jurídica e ajuda financeira, cujo uso necessariamente acarreta contradições, pois não devemos esquecer que es-

tamos dentro de um regime tecnocapitalista, como se costuma dizer, no ventre da baleia. Também considero discutível a busca por subsídios ou o uso de investimentos defendidos no livro, embora tente justificá-la com o argumento de usá-los contra o Estado, algo como se fosse após uma desapropriação suave e leve de fundos. A primeira regra da autonomia é não receber nenhum financiamento do Estado. E também coisas que o livro não menciona como os sócios benfeitores, a autogestão a tempo parcial ou os libertados. São práticas que lembram um pouco o discurso em torno de Marinaleda e, exagerando um pouco, a irônica história de Pessoa, “O Banqueiro Anarquista”. E acima de tudo traz à tona a chamada “Economia Social”, ou seja, a autogestão da miséria, a forma menos violenta de gerir a exclusão em benefício do mercado que a produz. O autor é obrigado a marcar a linha vermelha que separa a Ação Económica daquela onde, “o ramo do capitalismo cuja atividade lucrativa é a crítica ao capitalismo e a comercialização de supostas alternativas”, e denunciar como aberrante a terminologia pseudo-solidária de “preço justo”, “finanças éticas”, “desenvolvimento sustentável” ou “responsabilidade social corporativa”. No entanto, não pode escapar a um círculo vicioso: a “desmercantilização” de qualquer atividade sem abolir totalmente o mercado é impossível, assim como a autogestão generalizada sem sair da economia ou a plena autonomia sem suprimir o Estado. Na minha opinião, e suponho que na opinião do autor, a única maneira de quebrar o círculo é deixando duas coisas claras: primeiro, que a autogestão e a atividade feminista são um meio e não um fim em si mesma. Em segundo lugar, que nada mais é do que o lado positivo da luta social anti-industrial.

O livro, escrito com o espírito metade de um pioneiro de La Cecilia e metade de um expropriador tipo Marius Jacob, não tem fim. A lista de exemplos de sabotagem da economia é longa e aberta. Quando se trata de métodos ilegais – por exemplo, falsificação de documentos ou clonagem de cartões – é melhor praticá-los discretamente na clandestinidade do que se gabar deles em manuais. Uma boa compreensão ... Não procuremos uma avaliação suficientemente crítica das experiências reais de autogestão, talvez porque não seja esse o objetivo do livro, que antes de tudo quis mostrar isso, sem a experiência anterior de autogestão “fervida”, a negação da subversão vai rolar incessantemente na escuridão e se consumir em seu próprio fogo. Hoje em dia, plantar um tomate, dependendo de como, pode ser um ato tão radical quanto fazer uma greve ou se defender da polícia, e

um humilde ensopado de grão-de-bico, com os ingredientes sociais certos, pode se tornar “um ataque diário contra todas as autoridades”.